

Orientação de Médio Prazo 2013 – 2016 e Plano e Orçamento para 2013

Políticas de Promoção e Criação de Emprego

Senhora Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

As medidas de austeridade sucessivamente impostas pelo Governo da República constituem um verdadeiro desastre para a generalidade das açorianas e dos açorianos e, em especial, para os que dependem exclusivamente da remuneração do seu trabalho. Os cortes salariais, somados ao brutal aumento da carga fiscal e à redução nas prestações sociais contribuem decisivamente para deteriorar a vida dos açorianos, bem como agravar as principais dificuldades económicas do arquipélago.

Junta-se, ainda, a esta situação uma grande escassez no crédito bancário concedido às empresas e às famílias, com consequências na liquidez necessária ao normal funcionamento da economia.

As implicações dessas medidas nos Açores e no país são claras: uma contração da atividade económica, um aumento do desemprego, uma grave redução do rendimento disponível das famílias.

Perante este quadro, verifica-se um aumento do desemprego também na Região. Este flagelo atinge muitas famílias e afeta, em primeiro lugar, os jovens, mesmo os altamente qualificados.

Esta situação decorre do encerramento e das falências de muitas empresas, bem como da não criação de novos postos de trabalho e do aumento da população com atividade económica.

Apesar de termos na Região mais pessoas empregadas enfrentamos um grave problema ao nível do emprego, com taxas de desemprego que não conhecíamos e com algumas expectativas de que continuem a crescer.

Por isso, são necessárias políticas de estabilização do mercado de trabalho, para suster os efeitos da atual crise e inclusivamente retomar o ritmo de crescimento da criação líquida de postos de trabalho suficiente para manter um nível tolerável de desocupação involuntária dos ativos, através de políticas que combinem o estímulo ao investimento empresarial, com adaptação, formação e ajustamento das competências oferecidas neste mercado.

Assim, as políticas orçamentais, económicas, financeiras e sociais, nos Açores, para este ano, no quadro das suas disponibilidades financeiras, terão que se articular com as medidas da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, com os objetivos de desenvolvimento e modernização inscritos nas Orientações de

Médio Prazo, bem como com um conjunto de medidas conjunturais necessárias de apoio às famílias e às empresas açorianas.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Ao analisarmos os documentos hoje em discussão, verificamos que o Governo Regional dos Açores está atento e pró-ativo em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das empresas açorianas.

Verificamos, também, que está igualmente atento a um outro aspeto fundamental que se prende com a manutenção de postos de trabalho, através da implementação de um conjunto de medidas que visam o fomento do emprego através da reestruturação de alguns programas já existentes e da criação de novos programas que incentivam a contratação, de que são exemplo o Programa de Incentivo à Inserção do ESTAGIAR L e T.

Com o propósito de combater o desemprego e minimizar os seus efeitos, os documentos em análise mostram algumas políticas que se traduzem claramente na tentativa de melhorar a qualificação dos ativos, principalmente daqueles que têm níveis de qualificação muito baixos.

Com o objetivo de assegurar a estabilidade das famílias açorianas, prevê-se a atribuição de prioridade de colocação nos diversos programas de emprego ou em programas formativos aos desempregados inscritos, nos casos em que ambos os cônjuges se encontram nessa situação.

Para os desempregados cuja empregabilidade seja muito baixa, e de forma a combater situações de desfavorecimento destes face ao mercado de emprego, prevê-se a revisão e simplificação do regime de apoios no âmbito do Mercado Social de Emprego. Está, também, prevista a garantia, através do programa PME Formação, da manutenção dos postos de trabalho em empresas da restauração, hotelaria e construção civil que atravessam dificuldades.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

A atual e adversa conjuntura económica tem afetado gravemente o mercado de emprego na Região Autónoma dos Açores. Os valores de desemprego registados evidenciam o baixo nível de qualificação dos Açorianos. As políticas públicas de Qualificação e Reconversão Profissional em 2013, previstas no Plano, estão direcionadas para a qualificação dos Açorianos, fomentando

assim a sua empregabilidade e elevando o seu nível de escolaridade. De salientar, neste sentido, os cursos REATIVAR. Um outro exemplo é o desenvolvimento do programa de formação Aquisição Básica de Competências, que está a cargo da Rede Valorizar.

A realização de cursos REATIVAR Tecnológicos, que permitirá proceder à reconversão de ativos para outras áreas económicas, traduz a pretensão de facultar aos Açorianos competências técnicas para a criação do próprio emprego.

Com a criação da medida Agir Agricultura e Agir Indústria procura-se colmatar a necessidade de dotar o tecido empresarial açoriano de quadros qualificados nestas áreas.

Ainda no campo da qualificação, importa salientar que os documentos ainda dispõem do programa FIOS. Este programa, para além de uma componente de formação teórica, qualifica um público muito fragilizado e com graves problemas de integração no mercado de emprego.

Assim, podemos concluir que os documentos que agora analisamos e a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial em vigor apontam muitas soluções para a melhoria da empregabilidade, que assentam, e bem, na melhoria das qualificações, pois não tenhamos dúvidas de que um trabalhador bem formado, qualquer que seja a sua profissão, é um

trabalhador mais protegido. Este objetivo, refletido nos documentos, demonstra que o Governo tem vindo a acompanhar os trabalhadores em situação mais frágil, em virtude da sua baixa qualificação, integrando-os em planos de requalificação como os que exemplificamos.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os documentos agora em análise apontam para a minimização dos custos da conjuntura externa, em especial, de medidas da inteira responsabilidade do Governo da República. Apontam, também, para o rigor, para a promoção do emprego, para a competitividade e para a solidariedade, aspetos fundamentais no período que atravessamos.

No entanto, são necessárias outras medidas para fortalecer a economia regional e criar emprego. A situação atual dos Açores exige medidas para fazer face à subida do desemprego, à precariedade do emprego, para aumentar as qualificações dos trabalhadores, dos jovens e de outros inativos, mas, também, para aumentar os salários.

O não cumprimento do acordado, por parte do Governo da República, em relação ao aumento do Salário Mínimo Nacional,

bem como a contenção salarial generalizada têm efeitos muito negativos, acentuando a desigualdade e aumentando a disparidade remuneratória relativa, com prejuízo da coesão social.

Face ao exposto é fundamental a valorização dos salários, nomeadamente o aumento do Salário Mínimo Nacional, medida de enorme justiça social, para dinamizar o mercado interno através do aumento do consumo e do conseqüente aumento de vendas das empresas locais, evitando mais recessão e falências, e estimulando, a prazo, a criação de emprego.

Esta medida que pretende dar mais poder de compra aos açorianos com menos rendimento, pode minorar alguns dos impactos mais negativos das medidas de austeridade nacionais na Região, e acima de tudo, dar mais ânimo e esperança aos trabalhadores, que têm feito tantos sacrifícios, ao longo dos anos, sem terem qualquer retorno positivo.

Nos Açores, existe esta sensibilidade. Apesar das dificuldades que atravessamos a retribuição mínima regional é superior, em 5%, ao salário mínimo nacional, que se situa nos 485 euros.

Este valor, subindo, teria um acréscimo na mesma proporção nos Açores sem prejudicar a competitividade das empresas regionais face às suas congéneres nacionais.

Por isso, importa, aqui, apelar a todos os partidos políticos com representação nesta Assembleia para que tomem uma posição clara em defesa do aumento do Salário Mínimo Nacional.

Por fim, referir que só com a política económica ao serviço do aumento do emprego e da melhoria do bem-estar das populações teremos uma Região mais competitiva, com mais qualidade de vida e com mais justiça social.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Março de 2013